

Desenvolvimento ambiental, econômico e social de Santa Catarina

Thiago Vizine da Cruz

Mestrando em Desenvolvimento Regional1/FURB; email thiagovizine@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O propósito central desse artigo é analisar o desenvolvimento de Santa Catarina em comparação com os outros estados brasileiros no período entre 1998 e 2006. Partiu – se da hipótese de que o estado de Santa Catarina tem conseguido se desenvolver de forma econômica, social e ecologicamente sustentável nos últimos anos. Para isto iremos revisar o conceito de desenvolvimento, apresentar os dados do desenvolvimento no Brasil e de Santa Catarina, e analisar se ele conseguiu promover resultados como sustentabilidade e diminuição da desigualdade social. Para que tal objetivo pudesse ser alcançado foi feita a revisão da literatura através da pesquisa em livros e artigos especializados. Para fazer as comparações, se valeu de indicadores dos dados do Governo do Estado de Santa Catarina, do IBGE e do PNUD.

Para alcançarmos os objetivos supracitados, faz-se necessário entendermos do que estamos falando. Assim, antes de analisarmos os dados pesquisados, vamos rever a teoria que fala do assunto. Em um primeiro momento, vamos ver o que é Desenvolvimento. Qual o seu conceito? O que as grandes escolas, como os Clássicos, os Neoclássicos, os Marxistas, os Keynesianos e os Shumpeterianos falam sobre o assunto?

Em seguida entraremos nos indicadores para fazermos a análise final, comparando e analisando os dados nacionais e os de Santa Catarina

2 DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

2.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Nem sempre as palavras Crescimento e Desenvolvimento Econômico tiveram os significados que conhecemos hoje. Originalmente, elas tinham o mesmo significado, mas isso é só porque a própria economia tinha um significado diferente no seu início. Na época de Aristóteles, a economia tinha uma ligação muito profunda com a ética.

(...) a economia e a ética estavam interligadas, desde o tempo de Aristóteles, por duas questões centrais de fundo:

O problema da motivação humana (como deveríamos viver?)

A avaliação das conquistas sociais (SACHS, 2004, p. 13)

Porém, a Economia acaba se separando da ética e assumindo uma preocupação única com a acumulação de capitais, se esquecendo, por assim dizer, do seu outro lado. Podemos ver esta transição de modo bastante clara com Adam Smith.

Com efeito, é notável a mudança que em Adam Smith se consuma na sua transição da ética para a teoria econômica. Em seu *The Theory of Moral Sentiments* (1759), defendeu que moralidade e virtude repousam, em primeira linha, sobre a cordialidade. Apenas um sentimento mais altruístico poderia tornar o agir humano mais significativo. Mais tarde, no entanto, em sua análise da realidade econômica, não mais se encontrará vestígio nem de cordialidade, nem de moralidade, nem de virtude e nem de altruísmo: a preocupação central de Adam Smith, em sua obra de 1776, será o interesse individual. (THEIS, 2008, p. 260-261)

Daí por diante, não só com Smith, mas com Malthus, Ricardo, Mill, Say e todos os outros que vieram depois deles, passaram a considerar a Economia como a acumulação de riquezas - desta forma, eles acreditavam que o “desenvolvimento” viria automaticamente. A partir de então, o outro lado da Economia, aquele ligado com a ética ficou praticamente esquecido.

Recentemente, alguns economistas passaram a repensar este conceito, e assim, passamos a ter teses como a de Theofanides, Sen, Sachs, Theis, entre outros, que defendem que a Economia deveria significar, não apenas um acúmulo de capital, mas também uma distribuição mais

igualitária, permitindo melhores condições a todos que compõem a sociedade, se aproximando novamente do conceito existente na época de Aristóteles.

O desenvolvimento, distinto de crescimento econômico, cumpre este requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

No contexto histórico em que surgiu, a ideia de desenvolvimento implica na expiação e na reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, (...). (SACHS, 2004, p. 13)

Assim, não basta apenas melhorar a eficiência alocativa, se preocupar com a taxa de poupança, com a taxa de crescimento da força de trabalho e do quociente capital/trabalho, como faziam Roy Harrod e Evsey Domar, ou ainda promover o desenvolvimento de novas tecnologias, como Solow propunha. É preciso, antes de tudo,

(...) promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância. (SACHS, 2004, p. 14)

Em 1990, o economista paquistanês Mahbub ul Haq propôs significados distintos para Crescimento e Desenvolvimento. Para Mahbub, a palavra Crescimento deveria continuar simbolizando o aumento do Produto Interno Bruto, como já vem sendo feito há algum tempo. Por outro lado, Desenvolvimento deveria levar em consideração fatores como qualidade de vida, expectativa de vida, longevidade e educação.

2.2 OS TRÊS TIPOS DE DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos últimos anos, estudos e pesquisas têm trazido à luz do dia novas subdivisões do tema Desenvolvimento. Hoje, existem mais de 32 subdivisões. Para o que este trabalho se propõe, e também por uma questão de tempo e espaço, vamos nos ater a 3 subdivisões que irão servir de norte para este trabalho. Vamos trabalhar com desenvolvimento econômico, social e ambiental.

2.2.1 Desenvolvimento Econômico

Até hoje, a Riqueza das Nações de Smith é admirada e serve como fundamento para toda a Economia. Ela foi a precursora da teoria do crescimento e, como consequência, lançou as bases para o que seria, ou o que pode se chamar de Desenvolvimento Econômico

A teoria de Smith, de que o individualismo seria a força motriz da economia, perdurou por muitos anos. Na verdade, foi apenas depois da Grande Depressão que se percebeu que a acumulação de riquezas não era o suficiente para o Desenvolvimento Econômico.

Considerando que na época, o atraso de alguns países era visto como um problema de insuficiente crescimento econômico (HEIN, 1981, p. 69), levantou-se a questão de como se poderia acelerar a produção desses países - aparentemente prisioneiros da escassez crônica de recursos. (THEIS, 2008, p. 262)

A partir daí, passaram a surgir teorias como a de Harrod – Domar, sobre a ligação entre crescimento e a taxa de poupança, a de Solow, que dizia que o fator mais importante era a tecnologia, a de Schumpeter, sobre a importância da classe empresarial, entre outros.

Depois da 2ª Guerra Mundial, 4 linhas de pensamento dominaram a literatura econômica.

A literatura pós-2ª Guerra Mundial sobre desenvolvimento econômico foi dominada por 4 principais linhas de pensamento e, às vezes, concorrentes entre si: (1) modelo de crescimento linear; (2) teoria de mudança estrutural; (3) a revolução de dependência internacional; e (4) a neoclássica, contra-revolução de livre mercado. Nos anos recentes, uma abordagem eclética emergiu, contendo todas essas quatro teorias. (TODARO, 2002, p. 111)

A teoria do Crescimento Linear, que surgiu no final da década de 1950 e começo da década de 1960, apregoava que existia uma série de “passos” que todos os países deveriam seguir para alcançar o tão almejado desenvolvimento. Além disso, ela dizia que tudo o que um determinado país precisava para se desenvolver era uma combinação específica entre poupança, investimento e ajuda externa.

Em 1970, essa teoria perdeu força e outras duas tomaram o seu lugar. Primeiro veio a teoria da Mudança Estrutural. Assim, como a teoria do Crescimento Linear, a teoria da Mudança Estrutural também defendia que existe uma série de etapas, uma espécie de caminho a ser

seguido por todos os países que querem se desenvolver. Porém, segundo esta, esse caminho não se baseava apenas na mudança das combinações dos fatores - ela incluía também mudanças reais na sua estrutura, e se valia das modernas teorias econômicas e da estatística para reforçar sua crença.

Após a teoria da Mudança Estrutural, veio a Revolução da Dependência Internacional, que não só era mais radical, como continha um forte viés político. Entre outras coisas, esta teoria relacionava as forças nacionais e internacionais à rigidez estrutural e institucional, a existência de duas sociedades e duas economias no mundo. A ênfase maior era dada na necessidade de novas políticas para lidar com o subdesenvolvimento. Por outro lado, não foi dada muita atenção para a parte econômica.

Por último, durante a década de 1980 e começo da década de 1990, a Contra-revolução Neoclássica tomou corpo. Retomando as ideias da Escola Clássica, dizia que o governo deveria deixar que o mercado decidisse por si só (*laissez-faire*). Para ela, a racionalidade prevaleceria e, no final, as melhores decisões seriam tomadas.

2.2.2 Desenvolvimento Ambiental

Desde que o homem existe, sua principal preocupação tem sido com a sua sobrevivência. Porém, depois da Revolução Industrial, e com o advento das ideias liberais econômicas, os danos que o homem infringe sobre a natureza tomaram uma proporção que nunca haviam tomado antes, e mais ainda na época que conhecemos como capitalismo.

Historicamente, a forma mais avançada - e, portanto, a mais perversa - de intervenção no meio ambiente foi a que se deu no período da *produção* (e consumo) *em massa*, uma época que ficou conhecida como capitalismo fordista, que se estendeu de fins da Segunda Guerra Mundial até os anos 1970 (LIPIETZ, 1992). (THEIS, 2006, p. 19)

Dois problemas principais aparecem quando olhamos para a interferência da sociedade no meio ambiente, Theis (THEIS, 2006, p.19) cita um deles: “A sociedade em que vivemos é capitalista, e como tal, ela produz *valores de troca*, isto é, fabrica bens não visando a satisfazer necessidades humanas concretas, mas a gerar lucros para os proprietários dos meios de produção.”

Assim, da maneira como se organiza a sociedade, estamos fadados a produzir não o que efetivamente precisamos, mas o que convém à classe dominante. Bombardeados por uma mídia que prega o “parecer” ao invés do “ser”, somos compelidos a consumir cada vez mais, de modo que, sob essas circunstâncias, não adiantaria reduzirmos ou controlarmos a população mundial, ou investirmos incansavelmente em tecnologia para termos sempre a maior eficiência na produção.

O incremento da eficiência no uso de recursos naturais, numa sociedade capitalista em que o lucro acaba por negar a satisfação das necessidades humanas (valor de troca suplantando o valor de uso), resulta invariavelmente no aumento da demanda e não na sua redução – o paradoxo de Jevons. (POSSAMAI, 2006, p. 42-43)

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1998, p.46) defende que deveríamos adotar um “Desenvolvimento Sustentável”: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.”

Porém,

Nele, como também se viu, a sociedade de classes e a economia produtora de valores de troca permanecem intactas... – afinal, desenvolvimento é, sobretudo, um processo de exploração de recursos! Ou seja: como quer que se conceitue desenvolvimento, ele se referirá, necessariamente, a capital e trabalho, assim como a recursos naturais, sem os quais nenhum processo de acumulação, vale dizer, de *desenvolvimento* tem lugar (REDCLIFT, 1995). Portanto, *desenvolvimento sustentável* é um conceito a-histórico que, a despeito de tudo o que se fez *com ele* e *em nome dele* desde que foi produzido, permanece teoricamente vago e impreciso (BLUMENSCHNEIN e THEIS, 1995; DRUMMOND e MARSDEN, 1995; EKINS, 1993). (THEIS, 2006, p. 22-23)

O fato é que, enquanto não for mudado o modo como a sociedade pensa em termos de consumo, de nada adianta formularmos conceitos e teorias, porque a forma como se vive é nociva em si mesma. Como foi dito, existe um segundo problema, e ele se encontra na forma como a sociedade está organizada. Como já vimos, enquanto uma minoria da população mundial vive na fartura, a grande maioria passa por necessidades que chegam a ser desumanas. E é aí que está o problema.

Mas a própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver, os pobres e os famintos muitas vezes destroem seu próprio meio ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem as terras marginais e acorrem em número cada vez maior para as cidades congestionadas. (CMMAD, 1988, p. 30)

Assim, é necessário também, melhorar a forma como a riqueza do mundo é distribuída. Não se trata de aumentar a riqueza existente, ou acelerar o crescimento, pois como Kalecki disse uma vez, crescimento rápido não é sinônimo de desenvolvimento. É preciso distribuir melhor a riqueza já existente, de modo a permitir que todos tenham acesso a uma vida com qualidade, sem que isso degrade a natureza da forma como tem degradado.

2.2.3 Desenvolvimento Social

Quando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento fala em desenvolvimento sustentável, ela traz consigo não só um viés ambiental, mas também uma parte social na sua definição:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos chaves:

O conceito de “necessidades”, sobre tudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;

A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo– o de atender às necessidades presentes e futuras. (CMMAD, 1988, p. 46)

O que exatamente o primeiro conceito quer dizer? Ignacy Sachs (SACHS, 2004, p.14,15) tem um ponto de vista interessante sobre isso: “A equidade, traduzida em termos operacionais, significa o tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que os apoiem.”

Sachs lança mão de mais dois argumentos em prol do desenvolvimento incluyente.

A teoria do “efeito cascata” seria totalmente inaceitável em termos éticos, mesmo se funcionasse, o que não é o caso. Num mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos. (SACHS, 2004, p, 26)

Como observou Ricupero (2002, p. 64), as economias não se desenvolvem simplesmente porque existem. O desenvolvimento econômico tem sido uma exceção histórica, e não a regra. (SACHS, 2004, p. 27)

Sendo assim, o que deveríamos fazer? Para que possamos viver um mundo mais justo, duas ações principais se fazem necessárias. Primeiro, melhorar as condições dos mercados de trabalho, de forma a permitir que todos tenham acesso a um trabalho de qualidade, de modo que a grande maioria possa deixar os meios precários de onde extrai a sua sobrevivência. O segundo passo é permitir, e fomentar a participação de todos na vida política, permitindo que todos participem efetivamente das decisões políticas de seu país. A democracia, como afirma Sen, “é um valor fundamental”. E precisa ser estendido a todos. Além disso, é preciso também garantir livre acesso aos serviços públicos, tais como saúde pública, moradia, programas de assistência, e principalmente a educação.

Por último,

(...) é fazer uma distinção entre as políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda mediante o sistema fiscal e as políticas de emprego que mudam a distribuição de renda primária. Ambas são necessárias, porém as primeiras são de natureza puramente social e requerem despesas contínuas, ano após ano, enquanto que as segundas, mediante a criação de oportunidades de trabalho decente, geram renda e proporcionam uma solução duradoura ao problema social. *Ceteris paribus*, a geração de emprego deve ser preferida às políticas assistencialistas compensatórias, se não por outra razão, porque as segundas nunca proporcionam a dignidade que provém do emprego. (SACHS, 2004, p. 41)

3 DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Ao contrário das treze colônias inglesas situadas no hemisfério norte, a posição adotada aqui no Brasil nunca foi de povoamento, mas unicamente exploratória. Se olharmos para o desenvolvimento do Brasil, veremos que, embora tenhamos obtido alguma forma de crescimento ao longo dos anos, isso não significava que estávamos tendo desenvolvimento.

Quando a economia brasileira saiu da base açucareira e passou para a era do ouro, a situação não mudou. Primeiro, porque o Tratado de Methuen inibia qualquer estímulo de desenvolvimento industrial. Segundo, porque uma economia baseada na escravidão, como era a nossa, não permitia criar um mercado interno que desse alguma propulsão à economia, uma vez que havia mais escravos do que livres por aqui. Quando os primeiros aluviões começaram a achar ouro em terras brasileiras, a imigração para o Brasil obteve um estímulo como nunca tinha tido antes. Mas esse estímulo não durou muito. Isso porque as condições em que os primeiros

imigrantes que aqui viviam eram tão precárias, que alguns países na Europa chegaram a proibir a emigração para o Brasil.

Para sanar este problema, o governo brasileiro e os fazendeiros do café tiveram que mudar radicalmente sua forma de tratar os que se propunham a vir para o Brasil e os que aqui chegavam.

A solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Ademais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para a manutenção da família. [...] Este conjunto de medidas tornou possível promover, pela primeira vez na América, uma volumosa corrente imigratória de origem européia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas. (FURTADO, 2000, p. 133)

Este tipo de solução permitiu que houvesse um aumento na massa salarial e que o mercado interno começasse a se desenvolver. Mas estas medidas se preocupavam unicamente com o crescimento da então colônia e não com o desenvolvimento dela. Desta forma, o desenvolvimento veio como uma consequência, e não como um motivador.

Mesmo depois da Grande Depressão e do golpe deflagrado por Getúlio Vargas, o quadro não se inverteu. Assim como quando Juscelino Kubtschek implantou o Plano de Metas, ou quando os militares promoveram o “Milagre Econômico”. Em todos estes casos, sempre tivemos um crescimento baseado na concentração de renda e no desequilíbrio social.

Recentemente, a situação começou a melhorar. Os indicadores apontam que hoje somos mais iguais socialmente do que éramos há vinte anos. Hoje, o índice de Gini do Brasil está em 0,53, melhor do que o 0,6366 que tínhamos há dezoito anos.

4 DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA

4.1 DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA

A maneira como o Estado de Santa Catarina foi colonizado foi crucial para determinar a maneira como seria o seu desenvolvimento. É fato que todas as regiões partilhavam de algum tipo de semelhança, como o fato de o Norte, o Oeste e o Vale do Itajaí terem tido colônias particulares, sendo só a parte sul do estado ter sido constituída por colônias oficiais, patrocinadas pelo Governo Federal. Também houve a construção de ferrovias em todas as regiões para estimular o comércio local e a integrar a região como no resto do país. Segundo Goularti Filho (GOULARTI FILHO, 2007, p. 74) “Além das companhias colonizadoras, a construção de estradas carroçáveis, de ferrovias e de portos também foram fundamentais para fixar os imigrantes, desenvolver o mercado local e integrar a região ao mercado nacional.”

Porém, o fato de novos imigrantes terem vindo de vários países, trazendo conhecimento em diversas áreas, fez com que houvesse uma diversificação das atividades econômicas, algo bastante diferente do que vinha acontecendo no resto do país.

No que se refere ao Oeste, a colonização não foi tão pacífica, quanto no resto do estado. Primeiro, o Governo Federal teve de lidar com a disputa de terras com a Argentina. Após ter resolvido a Questão de Palmas, o governo catarinense e o paranaense passaram a disputar entre si as terras daquela região, o que viria a ser conhecido como o Acordo de Limites. Quando foi selada a paz, em 1916, a colonização do Oeste efetivamente teve início. Em linhas gerais, a colonização dessa parte do estado foi feita por gaúchos que estavam em busca de novas terras, quer fosse pela pressão demográfica que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, quer fosse pelas transformações que estavam ocorrendo na economia de Santa Cruz. A ocupação do Oeste se estendeu até 1950. Nesse meio tempo, foi feita a tentativa de se trazer imigrantes para aquela região, mas os esforços não foram bem sucedidos. “A Companhia Sul Brasil fez alguns ensaios para trazer imigrantes portugueses, belgas e italianos, mas só conseguiu atrair trezentas famílias de teuto-russos, descontentes com a Revolução Russa de 1917. (WERLANG, 1999).” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 79)

4.3 O BRASIL E SANTA CATARINA

Existem vários índices que podem nos auxiliar a medir a qualidade de vida, o grau de desenvolvimento e a sustentabilidade de um determinado lugar. Nas próximas páginas, analisaremos alguns extraídos do Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, edições 2002, 2004, 2008, que contém dados de 1998 até 2006, publicado pelo IBGE.

A primeira tabela a ser estudada é a de acesso à coleta de lixo na área urbana no Brasil, nas Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ao longo dos anos, a melhora na coleta de lixo em todo o território nacional foi bastante sensível. Hoje, quase todo o lixo é coletado e a parcela que ainda é enterrada, jogada em rios e lagos ou em terrenos baldios é quase ínfima. Já Santa Catarina se aproximou da universalidade, alcançando a média de 99,5% do total do lixo coletado em todo o estado. A coleta de lixo é um assunto de extrema importância, pois relaciona indicadores como infraestrutura, gasto governamental com proteção ao meio-ambiente e que está ligado, entre outras coisas, à proliferação de doenças e poluição do meio-ambiente.

Tabela 01 - Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes – 2000-2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes, 2000					Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes, 2006				
	Coletado	Queimado ou enterrado na propriedade	Jogado em terreno baldio ou	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino	Coletado	Queimado ou enterrado na propriedade	Jogado em terreno baldio ou	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
Brasil	91,2	4,3	3,6	0,4	0,2	97,1	1,8	1	0,1	0
Pará	73,6	15,4	8,3	0,9	0,4	93,4	6	0,6	0	0
Pernambuco	84,7	2,5	11,2	1	0,4	95	1,5	3,2	0,3	0
São Paulo	98,8	0,6	0,3	0,1	0,1	99,8	0,1	0,1	0	0
Goiás	91	6	2,1	0,1	0,4	98,7	0,8	0,5	0	0
Sul	97,1	2	0,4	0,1	0,1	99,3	0,5	0,2	0	0
Santa Catarina	96,8	2,3	0,3	0	0,1	99,5	0,5	0	0	0

Fonte: IBGE

Seguindo a linha da primeira tabela, a segunda também é relacionada principalmente à saúde, mas também tem fundamentos sociais, ambientais e de desenvolvimento. O acesso à água tratada é um fator que assim como a coleta e destinação do lixo, tem crescido nos últimos anos, principalmente na área rural. A legislação brasileira só considera como água em condições de ser consumida pela população aquela que é tratada antes de ser consumida. Desta forma, águas de poços, nascentes, carros-pipas e tantas outras formas não são consideradas como satisfatórias pelos órgãos reguladores. A tabela a seguir representa as regiões urbanas.

Tabela 02 - Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes, por tipo de abastecimento de água e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2006

Grandes Unidades da Federação	Regiões e da	Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes, por tipo de abastecimento de água (%)				
		2000		2006		
		Rede geral	Poço ou nascente	Rede geral	Poço ou nascente	
			Outra forma		Outra forma	
Brasil		89,1	10,9	92,6	6,4	1
Pará		56,5	43,5	57,8	39,6	2,6
Pernambuco		85,6	14,4	90,7	5,8	3,5
São Paulo		97,2	2,8	98,9	0,9	0,2
Goiás		76,6	23,4	87	12,9	0,1
Sul		93,3	6,7	95	4,7	0,3
Santa Catarina		88,9	11,1	92,7	7,1	0,2

Fonte: IBGE

Essa é a última tabela da série sobre saneamento básico. Assim como as outras apresenta ligações com saúde, desenvolvimento, qualidade de vida e sustentabilidade, e também representa a área urbana.

Tabela 03 - Volume de esgoto coletado por dia, total e com tratamento, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2000

Grandes Unidades da Federação	Regiões e da	Volume de esgoto coletado por dia				
		2000		2006		
		Total m³	Com Tratamento	Total m³	Com Tratamento	
			Absoluto m³	Relativo %	Absoluto m³	Relativo %

	2000			2000		
Brasil	14 570 079	5 137 171	35,3	14 570 079	5 137 171	35,3
Pará	11 020	5 539	50,3	11 020	5 539	50,3
Pernambuco	196 019	162 565	82,9	196 019	162 565	82,9
São Paulo	5 039 477	2 019 536	40,1	5 039 477	2 019 536	40,1
Goiás	263 049	81 189	30,9	263 049	81 189	30,9
Sul	1 002 832	463 476	46,2	1 002 832	463 476	46,2
Santa Catarina	113 504	87 904	77,4	113 504	87 904	77,4

Fonte: IBGE

Para os órgãos reguladores, o acesso a esgoto tratado é representado por aquele coletado ou com fossa séptica.

Começando a olhar para a parte social, apresentamos a tabela 4, que demonstra o Índice de Gini de alguns estados e da Região Sul. O Índice de Gini serve para mensurar o tamanho da desigualdade em determinada região. Variando de zero a 1, quanto mais próximo de 1, mais desigual é a sociedade daquele local, e quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a sociedade. Países como a França e a Alemanha apresentam 0,28 como indicador.

Tabela 04 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1999-2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini	
	1999	2006
Brasil	0,567	0,547
Pará	0,556	0,504
Pernambuco	0,586	0,559
São Paulo	0,514	0,518
Goiás	0,549	0,511
Sul	0,543	0,51
Santa Catarina	0,504	0,486

Fonte: IBGE

Continuando na parte social, será agora analisado o rendimento médio mensal de cada brasileiro. O que se nota nos últimos anos, de 1992 até 2006, é que após um período de crescimento na renda, 1992-1996, tivemos um período de queda, que foi de 1997 até 2004, passando novamente a um período de aumento, 2005-2006. Os dados são animadores quando se analisa o rendimento por sexo. A mulher tem ganhado mais nos últimos anos, diminuindo a diferença para o homem. Porém, ao olhar para a raça, vê-se que a diferença continua sendo muito grande.

Tabela 05 - Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1999-2006

Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (R\$)												
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Sexo		Cor ou Raça			Total	Sexo		Cor ou Raça		
		Homens	Mulheres	Branca	Preta ou Parda	Branca		Preta ou Parda	Homens	Mulheres	Branca	Preta ou Parda
		1999						2006				
Brasil	449	534	324	670	314	873	1 038	690	1 124	592		
Pará	353	420	251	580	351	625	733	490	818	566		
Pernambuco	269	319	196	478	228	580	683	476	797	453		
São Paulo	700	820	520	820	447	1 131	1 362	869	1 288	722		
Goiás	410	505	260	554	241	797	948	621	983	648		
Santa Catarina	462	580	292	597	321	1 065	1 283	805	1 108	745		

Fonte: IBGE

Um outro modo de medir a qualidade de vida das pessoas, e talvez o mais popular, mas não o mais correto é o PIB *per capita*. Não é o mais correto, porque omite dados relacionados a diferença de renda, as disparidades sociais e ambientais. Ainda assim é um indicador interessante.

Nos últimos 10 anos, a preços de 2005, o PIB *per capita* cresceu apenas 14%. Muito pouco para um país que almeja tirar milhões da pobreza.

Tabela 06 - População residente, Produto Interno Bruto, total e *per capita*, as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2004

Grandes Regiões e	Produto Interno Bruto
-------------------	-----------------------

Unidades da Federação	População residente	2001		2004	
		Total (1 000 000 R\$)	Per capita (R\$)	Total (1 000 000 R\$)	Per capita (R\$)
Brasil	172 385 826	1 198 736	6 954	181 586 030	9 729
Pará	6 332 174	21 748	3 435	6 830 063	5 007
Pernambuco	8 007 347	31 725	3 962	8 324 172	5 730
São Paulo	37 645 298	400 629	10 642	39 827 022	13 725
Goiás	5 114 055	25 048	4 898	5 508 569	7 500
Sul	25 442 941	213 389	8 387	26 636 610	12 080
Santa Catarina	5 448 051	46 535	8 541	5 774 446	12 158

Fonte: IBGE

Entrando, na área da saúde, será analisada a esperança de vida ao nascer, algo fundamental em termos de análise de qualidade de vida, pois quanto maior for a esperança de vida ao nascer, melhor é a qualidade de vida de um determinado local. De 1992 a 2006, a esperança de vida do brasileiro aumentou 5 anos - passou de 67,3 para 72,3 anos em 2006, algo que colocou o Brasil muito próximo dos países europeus. Porém, existe uma diferença muito grande quando falamos de Norte e Nordeste e das regiões Sul e Sudeste.

Tabela 07 - Esperança de vida ao nascer por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000-2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Esperança de vida ao nascer (anos de idade)	
	2000	2006
Brasil	68,5	72,9
Pará	68,7	71,7
Pernambuco	63,7	67,9
São Paulo	70	73,9
Goiás	69,6	73,1
Sul	71	74,4
Santa Catarina	71,3	75

Fonte: IBGE

Outro indicador de qualidade de vida ou de condições mínimas de vida é a mortalidade infantil. Tendo reduzido seu número em incríveis 45% de 1990 até 2005, o Brasil ainda tem muito o que melhorar, embora as perspectivas sejam otimistas.

Tabela 08 - Taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2005

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade infantil (Por 1000 nascidos vivos)	Taxa de mortalidade infantil (Por 1000 nascidos vivos)
	2002	2005
Brasil	27,8	25,8
Pará	27,3	25,9
Pernambuco	44,8	41,2
São Paulo	17,4	16,5
Goiás	20,7	20,7
Sul	17,9	17,2
Santa Catarina	18,2	17,2

Fonte: IBGE

Passando a analisar a área educacional, o primeiro indicador a ser observado é a taxa de escolaridade, que mede a porcentagem de pessoas de 5 a 24 anos na escola. Embora esse indicador não mostre a qualidade do ensino que está sendo dado para os alunos, é um indicador de máxima importância por estar relacionado a quesitos como cidadania, educação e sustentabilidade. O que se observa nos últimos anos é que o número de pessoas que frequentam a escola aumentou e a diferença entre brancos e negros ou pardos, e entre homens e mulheres diminuiu. Porém, alguns problemas ainda continuam, como o alto índice de evasão escolar, ou a diferença entre o Centro-Sul do país e as regiões Norte e Nordeste.

Tabela 09 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1999-2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos de idade, por grupos de idade									
	1999					2006				
	5 e 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos	5 e 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos
Brasil	70,9	95,7	78,5	51,9	25,5	84,6	97,6	82,2	47	25,5
Pará	75,4	95,1	79,4	58,8	30,9	76	95,4	75,2	50,1	24,5
Pernambuco	74,4	92,1	72,8	50,1	25,5	87,1	96	79,1	49,7	26,2
São Paulo	71,3	97,3	83,9	54,1	25,2	90,8	98,8	86,3	41,4	23,6
Goiás	67,4	97	78,7	50,8	24,7	75,6	98,1	82,8	45,6	26
Sul	60,8	96,5	75,2	44,3	23,7	77,4	98,4	80,7	42,7	24,4
Santa Catarina	71,3	97,3	74,6	40,4	20,6	92,6	99	81,9	45,1	26,6

Fonte: IBGE

Continuando na linha da educação, passamos agora para a alfabetização da população. Esse índice mede o grau de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais. A Constituição de 1988 estipulou como meta para o Brasil erradicar o analfabetismo. Como sabemos, isto é algo vital para a nação, não apenas por uma questão de marketing, mas também por ser uma necessidade e um dever proporcionar acesso a educação a todos, independente de cor, raça ou sexo. Na tabela mostrada a seguir, os índices de sexo e raça não estão expressos nos dados de 1999, pelo fato de que a metodologia do IBGE nessa data não segregava estas informações, como passou a fazer a partir de 2004.

Tabela 10 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1999-2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade									
	Sexo					Cor ou raça				
	Total	Homens	Mulheres	Branca	Preta e parda	Total	Homens	Mulheres	Branca	Preta e parda
	1999					2006				
Brasil	86,7					89,6	89,4	89,9	93,5	85,4
Pará	87,6					87,5	86,4	88,6	91,7	86,2
Pernambuco	75,3					81,5	80,1	82,8	85,1	79,4
São Paulo	93,8					95	96	94,1	95,7	93,2
Goiás	87,5					90,4	90,2	90,5	93,1	88,1
Sul	92,2					94,3	94,7	94	95,4	89,6
Santa Catarina	93,2					94,9	95,2	94,7	95,8	88,3

Fonte: IBGE

Um ponto crucial para mensurar a qualidade de vida da população é a segurança. A segurança é algo tão importante, que envolve questões não apenas sociais, como também econômicas. A escalada da violência nos últimos anos, não apenas tem matado mais pessoas, como tem também deixado sequelas emocionais nas famílias das vítimas, elevado os custos hospitalares e também os custos para o controle da violência.

A tabela a seguir mostra o número de homicídios, total e separado por sexo. Assim como na tabela anterior, existe uma diferença na metodologia do primeiro ano exposto para o segundo, de modo que alguns dados não aparecem para o ano de 1999

Tabela 11 - Coeficiente de mortalidade por homicídios, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1999-2004

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Coeficiente de mortalidade por homicídios (por 100 000 hab.)					
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
		1999		2004		
Brasil	26,18			26,9	50,5	4,2
Pará	10,89			22,2	41,3	2,8
Pernambuco	55,63			50,1	96,9	6,4
São Paulo	44			28,5	53,9	4,2
Goiás	17,55			27,6	50,3	5,1
Santa Catarina	7,36			11,1	19,5	2,7

Fonte: IBGE

Passando para o nível institucional, apresentamos a tabela que relaciona as despesas públicas voltadas para a proteção ao meio ambiente. Mais do que simplesmente moda, o assunto está relacionado à qualidade de vida, sustentabilidade e a saúde.

Tabela 12 - Despesas públicas com proteção ao meio ambiente e respectiva participação relativa no total das despesas públicas, por níveis de governo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1998-2004

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Despesas públicas com a proteção ao meio ambiente												
	Valor (1 000 R\$)			Participação relativa no total das despesas públicas %				Valor (1 000 R\$)			Participação relativa no total das despesas públicas %		
	Total	Níveis de governo		Total	Níveis de governo		Total	Níveis de governo		Total	Total	Níveis de governo	
		Estadual	Municipal		Estadual	Municipal		Estadual	Municipal			Estadual	Municipal
		1998			2004								
Brasil	1 271 501	1 126 860	144 641	0,85	0,96	0,44	2 198 146	1 529 130	669 016	0,9	0,8	1,1	
Pará	1 467	1 270	197	0,05	0,05	0,03	24 775	14 560	10 215	0,4	0,3	0,8	
Pernambuco	28 493	21 260	7 233	0,49	0,45	0,67	30 023	21 311	8 712	0,3	0,3	0,4	
São Paulo	599 918	567 308	32 610	1,44	1,94	0,27	840 642	652 394	188 248	1,1	1,3	0,8	
Goiás	12 442	10 515	1 927	0,32	0,33	0,28	20 707	15 345	5 362	0,3	0,3	0,4	
Sul	132 989	114 193	18 796	0,56	0,59	0,42	185 608	83 396	102 212	0,5	0,3	1,2	
Santa Catarina	12 368	8 285	4 083	0,34	0,28	0,59	23 198	13 316	9 882	0,3	0,2	0,7	

Fonte: IBGE

Para encerrar, mostramos uma tabela que expõe a participação de cada atividade econômica na formação do PIB nacional, por estados e na Região Sul. Como sabemos, o Brasil sempre teve tradição agrária e monocultora no seu passado. Hoje, percebe-se uma grande mudança no cenário geral, com a participação de vários setores. Para montarmos a tabela abaixo, selecionamos as 5 principais atividades na formação do PIB do Brasil e verificamos a sua participação nos estados selecionados.

Tabela 13 - Principais participações das atividades econômicas no valor adicionado bruto, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003-2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
	Brasil			
Total	100	100	100	100
Indústrias de transformação	18	19,2	18,1	17,4
Comércio e serviços de manutenção e reparação	11,7	12	12,1	12,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	7,1	5,8	7,1	7,2
Atividades imobiliárias e aluguel	9,6	9,1	9	8,7
Administração, saúde e educação públicas	15,1	14,7	15	15,3
	Pará			
Total	100	100	100	100
Indústrias de transformação	11,9	13,4	12,3	13,8
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,6	12,6	11,3	12,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	2,9	2,3	2,8	3
Atividades imobiliárias e aluguel	11,3	10,7	10,8	10,2
Administração, saúde e educação públicas	18,8	17,3	17,9	17,2
	Pernambuco			
Total	100	100	100	100
Indústrias de transformação	12,7	11,7	10,9	10,9
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,3	13,4	14,2	13,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	4,5	3,9	4,6	5,2
Atividades imobiliárias e aluguel	10,2	9,9	9,4	9
Administração, saúde e educação públicas	22,8	22,4	23,2	23,6
	São Paulo			
Total	100	100	100	100
Indústrias de transformação	23,9	25,4	24	22,8
Comércio e serviços de manutenção e reparação	11,3	11,8	12,2	12,4

	10,8	8,8	10,8	10,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar				
Atividades imobiliárias e aluguel	9,9	9,4	9,2	9
Administração, saúde e educação públicas	8,8	8,5	8,5	8,5
	Goiás			
Total	100	100	100	100
Indústrias de transformação	12,2	12,3	13,9	14,6
Comércio e serviços de manutenção e reparação	15,1	14,5	14,4	16
	4,2	3,8	4,5	4,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar				
Atividades imobiliárias e aluguel	9,6	9,5	10	9,5
Administração, saúde e educação públicas	13,2	13,3	14,3	14,5
	Paraná			
Total	100	100	100	100
Indústrias de transformação	19,2	20,9	19,5	19,4
Comércio e serviços de manutenção e reparação	16	16,3	15,5	16,4
	6,1	5,2	6,6	7,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar				
Atividades imobiliárias e aluguel	8	7,6	8,2	8,3
Administração, saúde e educação públicas	9,8	9,7	10,8	11
	Rio Grande do Sul			
Total	100	100	100	100
Indústrias de transformação	22,2	24,5	23	20,8
Comércio e serviços de manutenção e reparação	13,4	13,3	13,5	14,2
	5,6	5	6,4	6,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar				
Atividades imobiliárias e aluguel	8,6	8,2	8,8	8,3
Administração, saúde e educação públicas	12,9	12,5	13,3	13,4
	Santa Catarina			
Total	100	100	100	100
Indústrias de transformação	24,2	26	24,5	24,4
Comércio e serviços de manutenção e reparação	13,1	13,4	14,8	15,7
	4	3,5	4,2	4,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar				
Atividades imobiliárias e aluguel	9,6	8,8	9,2	8,9
Administração, saúde e educação públicas	10,7	9,9	10,6	10,8

Fonte: IBGE

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Na tabela 1, percebe-se que Santa Catarina obtém quase que a universalidade na coleta do lixo, mas outros indicadores estão relacionados a coleta, como por exemplo, o destino que

esse lixo recebe. De acordo com o IDS (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável) de 2008 do IBGE, pouco mais da metade do lixo coletado no estado recebe um destino adequado, 47% do total coletado ainda recebe destinos como aterros sem tratamento, lixões, áreas alagadas, que acabam por contaminar o solo, e a água da região.

Na tabela número 2, percebe-se que apesar de Santa Catarina estar com um valor relativamente alto, existe certo equilíbrio com os outros estados do país, salvo algumas exceções no Norte e no Nordeste do país, a média geral é bastante elevada.

Infelizmente não podemos fazer um comparativo da evolução do sistema de esgoto no país, porque o IBGE só possui dados de 2000. Mas o que se pode observar é que Santa Catarina se destaca neste segmento, em comparação com os outros estados.

Quando se passa para o Índice de Gini, percebe-se que muito ainda precisa ser feito, não apenas em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo. Mesmo tendo o terceiro melhor índice do país, só perdendo para o Amazonas e para o Amapá, o Índice de Gini de Santa Catarina ainda é muito elevado, muito acima do que seria o tolerável.

As tabelas 5 e 6 nos mostram dados mais animadores. Observa-se que Santa Catarina possui o segundo melhor PIB *per capita* e o segundo maior rendimento médio nominal do país, só perdendo para São Paulo. Mas é importante não perder de vista que ainda existe uma diferença muito grande entre o rendimento masculino e o feminino e também o entre raças.

As tabelas 7 e 8 estão diretamente relacionados a saúde da população de cada estado. A oitava mostra que Santa Catarina está à frente dos outros estados, mas a nona mostra que ainda é necessário tomar cuidados em alguns fatores. Ter uma taxa de mortalidade de 17,2 para cada 1000 crianças nascidas vivas é algo bastante elevado.

A taxa de escolarização de Santa Catarina se encontra acima da média nacional, mas a alfabetização se encontra no mesmo patamar do restante do país, apresentando uma evolução modesta nos últimos anos. Voltando à tabela 9, não só Santa Catarina, mas o país como um todo precisa investir mais nessa área. Ter meros 25,5% da população com mais de 20 anos escolarizada é algo bastante preocupante.

Curiosamente o índice nacional de mortalidade por homicídios entre 1999 e 2004 não se alterou, talvez por causa da queda dos valores de São Paulo e Pernambuco. Mas infelizmente o de Santa Catarina aumentou quase que 50%, o que chega a ser alarmante.

A penúltima tabela chama a atenção em sua totalidade pelo tamanho dos números. Se mostrando no mesmo nível que o restante do país, Santa Catarina tem desembolsado muito pouco para manter um desenvolvimento sustentável ambientalmente.

Por último, apresentamos a tabela com as cinco principais atividades econômicas do país e quanto estas atividades representam em cada estado. Como se sabe, cada estado e cada região possuem diferenças entre si acerca de uma “vocação” e de características. Assim, fica difícil fazer qualquer tipo de comparação. O que pudemos observar é que algumas atividades, como a agricultura, vem perdendo espaço em quase todos os estados. Em compensação, a produção de água, gás, esgoto, limpeza urbana e eletricidade vem crescendo em quase todos, com raras exceções. É difícil encontrar um índice que tenha perdido sua participação de forma brusca, ou que tenha subido de maneira verticalizada, o que mostra que houve poucas mudanças nos pilares da economia de cada estado, e na do país.

5 CONCLUSÕES

Quando este trabalho foi iniciado, tinha-se o propósito de analisar como se deu o desenvolvimento de Santa Catarina nos últimos anos. A hipótese central era de que o estado tem conseguido se desenvolver de maneira econômica, social e ecologicamente correta, o objetivo geral era comparar o desenvolvimento de Santa Catarina com o restante do país. Para isso, foi revisado o conceito de Desenvolvimento, feito um histórico do Desenvolvimento no Brasil e em Santa Catarina, comparado indicadores de Santa Catarina com os outros estados e procurou-se analisar os dados obtidos.

A revisão da literatura mostrou-se muito produtiva, não apenas por revisarmos o conceito de Desenvolvimento ou Crescimento Econômico, mas também pela possibilidade de observar um retorno a ideia original de Economia, aquela que se preocupa, não apenas com a acumulação de bens e capital, mas também com o homem e com a natureza. Como os últimos dois temas foram deixados de lado por muitos anos, as discussões não estão bem desenvolvidas e

ainda tem muito para evoluir, mas é animador observar que se tem dado cada vez mais atenção para esses dois temas.

Analisando os dados apresentados, chegou-se a conclusão que de fato Santa Catarina é um estado diferente da média nacional, mas não há motivos para que se pressuponha que está em um nível muito melhor do o restante do país. Na verdade, o que se observou é que a diferença vem caindo ao longo dos anos na maioria dos índices.

A tabela 2 mostra que a diferença existente entre Santa Catarina e os outros estados brasileiros. No final da década de 90, caiu vertiginosamente e hoje, já quase não existe. A tabela 3 mostra que Santa Catarina se manteve na média nacional no decorrer dos últimos anos.

O Índice de Gini (tabela 5), o Rendimento Médio Mensal (tabela 6) e o PIB *per capita* (tabela 7) mostram que Santa Catarina ainda é um estado privilegiado, pois todos três índices apresentados nas respectivas tabelas são melhores que os demais estados.

Nas tabelas 8, 9, 10 e 11, voltamos a perceber o que já tínhamos notado nas primeiras tabelas apresentadas: a diferença entre Santa Catarina e os demais estados vem diminuindo nos últimos anos.

A tabela 12 mostra um dado alarmante - a taxa de mortalidade por homicídios quase que dobrou os últimos anos.

Para finalizar, a penúltima tabela mostra um dado desanimador, o percentual gasto pelos governos em proteção ao meio ambiente não só não cresceu, como diminuiu nos últimos anos. Em Santa Catarina, em relação ao governo estadual a situação é idêntica. Quando olhamos para os dados em nível de município, percebemos uma leve melhora, mas ainda assim abaixo da média nacional. A última tabela serve apenas como curiosidade, uma vez que cada estado brasileiro tem um estilo totalmente diferente, e assim, um tipo de economia diferente.

Em resumo, é preciso que se tome consciência de que a situação não é tão boa como muitos presumem. Santa Catarina ainda é um dos melhores estados brasileiros para viver, mas as diferenças existentes em relação aos outros estados vêm diminuindo. Alguns exemplos das deficiências que vem se alastrando pelo estado são: a falta de infraestrutura, a poluição nos centros urbanos e nas praias que vem aumentando nos últimos anos, a falta de saneamento básico, o aumento do desmatamento da Mata Atlântica e o déficit habitacional e urbanístico. Sendo

assim, torna-se evidente que para que Santa Catarina continue sendo um dos melhores estados no Brasil para se viver, é necessário que se criem políticas que venham em resposta a todos estes problemas.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L.C **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. Rio de Janeiro: Revista Dados, 2004.

CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: abril Cultural, 1983

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

IBGE, **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2002**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.

IBGE, **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2004**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

IBGE, **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PNUD. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 02/11/2009.

SACHS, I. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

THEIS, I. M. Desenvolvimento e meio ambiente em Santa Catarina. Joinville: UNIVILLE, 2006.

THEIS, I. M. Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

TODARO, M. P. e STEPHEN, C. S. **Economic Development**. 8th ed. The Addison – Wesley, 2003

<http://www.eurofound.europa.eu/areas/qualityoflife/eurlife/index.php?template=3&radioindic=158&idDomain=3>. Acesso em: 02 de novembro de 2009.